

Papéis do BC poderão financiar o crescimento

Economia - Brasil

O GLOBO Quinta-feira, 12/6/86

ECONOMIA • 17

financiar o crescimento

BRASÍLIA — Atrair os investidores do mercado financeiro para aplicações de longo prazo — cinco anos, por exemplo — em papéis emitidos pelo Banco Central. Essa é uma das soluções apontadas pelo Secretário Geral do Ministério do Planejamento, Henri Philipe Reichstul, para o Governo obter recursos que possibilitem investir pesadamente na construção e manutenção de estradas, portos, armazéns, hidrelétricas e siderúrgicas. Assim, seriam evitados os gargalos ao crescimento econômico encontrados pelo Ministério: racionamento de energia elétrica no próximo ano; estrangulamento no sistema de escoamento e armazenamento da safra agrícola e dos minérios destinados à exportação; e possibilidade de importar produtos siderúrgicos no fim desta década.

Outra possível fonte de recursos, segundo o Secretário do Planejamento, seria o crédito oferecido pelo Banco Mundial (Bird), que, apesar de volumoso (US\$ 1,3 bilhão, apenas para a área de energia elétrica), será utilizado na recuperação financeira do Sistema Eletrobrás. O Bird, no entanto, exige que se mantenham os investimentos na área, temendo problemas futuros.

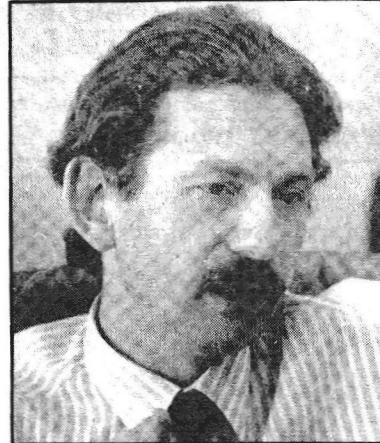
Os gargalos têm sido o foco das preocupações do Ministério, na tarefa de planejar o crescimento econômico de sete por cento ao ano entre 1986 e 89. O Plano de Metas, assim como o Orçamento Plurianual de Investimentos, tropeçou na necessidade de obter recursos para investir e ainda não foi concluída a projeção para a área industrial pública e privada.

Para evitar o racionamento de energia elétrica no ano que vem, o Governo teria que fazer investimen-

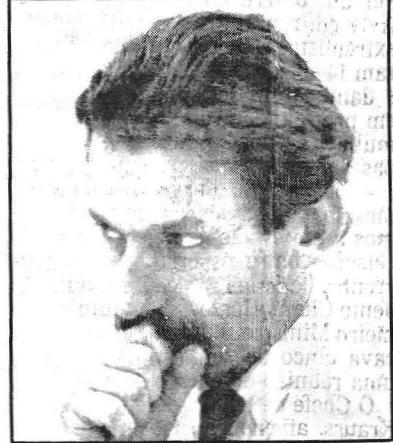
Reichstul:



Eletricidade e transportes se faltar não dá para importar. O jeito é investir.



O Banco Mundial está preocupado com a área de energia elétrica no Brasil.



Esse investimento tem de ser financiado porque o País precisa crescer.

tos maciços em linhas de transmissão. A energia seria gerada, principalmente, por Itaipu. A médio prazo, porém, esses investimentos não seriam suficientes e seria preciso construir novas hidrelétricas, para acompanhar o crescimento do consumo, que é de 12 por cento ao ano, enquanto a oferta cresce a uma taxa anual de oito por cento.

A área de siderurgia, dominada pelo capital estatal, hoje grande ex-

portadora de aço, corre o risco de precisar importar produtos siderúrgicos, para manter sua posição no mercado externo, conquistada com grande esforço, segundo Reichstul. Da mesma forma que na área de eletricidade, o ideal seria investir imediatamente em novas usinas de aço.

O transporte é o ponto mais delicado, porque dele depende a distribuição de alimentos. Reichstul informou que, pela avaliação do Minis-

rio do Planejamento, é preciso investir em armazéns e estradas. Hoje, a movimentação dos estoques do Governo é demorada e grande parte das mercadorias é transportada por navios, mais lentos do que os outros meios. A exportação de minérios, segundo Reichstul, também está ameaçada, porque o sistema portuário atual é precário e está subdimensionado para um país que aumentou repentinamente suas exportações, como o Brasil.

NAS REAÇÕES, O RECONHECIMENTO DOS PROBLEMAS

A Siderurgia, futuro em crise

BRASÍLIA — É grave a situação da siderurgia para os próximos anos, na opinião do Secretário Executivo do Conselho de Não-Ferrosos e Siderurgia (Consider), William Cantal, e do Presidente da Siderbrás, Amaro Lanari Júnior. Se o Secretário Geral do Ministério do Planejamento, Henri Reichstul, prevê que existe risco de se precisar importar produtos siderúrgicos no fim da década, Cantal estima que, pelo menos na área de laminados a frio, a importação será necessária no segundo semestre deste ano.

Segundo Cantal, com taxas de crescimento calculadas em 15 por cento, para este ano, em várias áreas consumidoras de aço, a produção não será suficiente. Documento do Consider entregue ao Ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, revela que para atender aos mercados externo e interno, é preciso investir US\$ 950 milhões.

As siderúrgicas vinculadas à Siderbrás terão um prejuízo de US\$ 400 milhões até o fim do ano, de acordo com o Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Indústria e do Comércio, Hélciton Santini. Para resolver o problema, a Siderbrás propôs ao Governo a transformação de uma dívida de US\$ 11 bilhões em participação do Tesouro na empresa.

— Em vez de a Siderbrás pagar os juros dessa dívida, passaria a distribuir dividendos desse capital ao Tesouro — diz Amaro Lanari.

Ministro informa que há atraso

BRASÍLIA — O Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, admitiu ontem que está atrasada a execução do Programa de Recuperação Setorial (PRS), destinado a

capitalizar a Eletrobrás, porque o programa está vinculado, basicamente, à liberação de empréstimos do Banco Mundial (Bird).

Aureliano se reuniu à noite com o Presidente da Eletrobrás, Mário Bhering, com o Diretor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), Getúlio Lamartine, e com Diretores da Itaipu Binacional, para analisar o quadro da oferta e demanda de energia no País e a situação financeira da Eletrobrás.

Na próxima quarta-feira, Aureliano Chaves se reúne no Rio com o Grupo Coordenador de Operações Interligadas (GCOI), para concluir a análise da conjuntura da área de energia.

Segundo Aureliano, a situação “merece um cuidado especial”, especialmente na Região Sudeste, pois houve atraso no cronograma de instalação de unidades geradoras nas hidrelétricas, como em Itaipu, e retardamento na construção de linhas de transmissão, aliados ao baixo nível dos reservatórios de água na região.

Na reunião de ontem, o Ministro das Minas e Energia e os dirigentes da Eletrobrás, Itaipu e DNAEE resolveram reavaliar o PRS, encaminhando este estudo aos Ministros da área econômica e ao Presidente José Sarney.

Eletrobrás deve Cz\$ 223,09 bi

BRASÍLIA — O Grupo Eletrobrás, que administra 11 centrais elétricas espalhadas por todo o País, fechou 85 com endividamento de Cz\$ 223,09 bilhões, conforme dados da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest). Depois do Plano Cruzeiro, o congelamento das tarifas de energia elétrica agravou ainda mais o quadro deficitário, exigindo do Governo uma adaptação do Plano de Recuperação Setorial (PRS), elaborado para sanear financeiramente a Eletrobrás.

O PRS adaptado prevê uma aplicação adicional de Cz\$ 8,7 bilhões na área elétrica, totalizando um investimento de Cz\$ 23,3 bilhões, este ano. Com isso, a oferta de energia poderá crescer 8,5 por cento ao ano, insuficiente para atender às necessidades do consumo, que está aumentando em 12 por cento ao ano.

O Banco mundial (Bird), principal financiador do PRS, está preocupado com os cortes que o Governo está executando no orçamento das estatais. O Bird quer ter certeza de que não haverá cortes de investimentos em energia elétrica. A economista do banco, Helena Cordeiro, que esteve recentemente no Brasil, disse que os financiamentos só serão liberados depois de conhecido o planejamento por área.

— Não dá para importar energia elétrica — comentou o Secretário-Geral do Ministério do Planejamento, Henri Philipe Reichstul, para ilustrar a necessidade de investir.

Nos Transportes, desinvestimento

BRASÍLIA — O sistema de transportes, além de não estar recebendo o investimento para sua ampliação, apresenta uma situação de desinvestimento, obras realizadas por outras administrações, alerta do Superintendente do Instituto de Planejamento (Iplan) Ricardo Santiago.

Ele ressalta que seria necessário um crescimento das atividades da área de transportes da ordem de 30 a 40 por cento, para dar sustentação ao crescimento de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) projetado para os próximos anos. Santiago destaca que a situação do sistema é muito precária, porque o Governo João Figueiredo não se preocupou com a conservação das vias existentes.

Os Ministros do Planejamento e dos Transportes ainda não avaliaram a necessidade de novos investimentos em transportes, segundo Santiago. No entanto, é preciso primeiro recuperar as vias estragadas pelas chuvas e sem conservação, para depois iniciar a ampliação do sistema, já inferior à demanda gerada pela distribuição da produção interna.

No Rio, o Vice-Presidente da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), Fernando Fagundes, e o Presidente da Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), Alfredo Rangel, informaram que em nove meses será concluído um trecho de 340 quilômetros da Ferrovia do Aço e os ramais ferroviários para São Paulo e Barra do Piraí. Serão investidos US\$ 137 milhões, dos quais US\$ 50 milhões emprestados pela MBR à RFFSA.